



<https://congresso.ufabc.edu.br/2022/>

Mesa V

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA COM GARANTIA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA E FINANCIAMENTO ADEQUADO

Relator/a: Professor Fernando Cássio (UFABC)

Data: 10/11/2022

Participantes:

Ângela Maria Paiva Cruz (UFRN): Professora Emérita da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduada em Matemática e Doutora em Educação (UFRN). Vice-diretora do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (2003-2007). Vice-reitora (2007-2011), quando coordenou o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais /REUNI (2007-2011). Reitora da UFRN (2011-2019). Presidente do Fórum dos Reitores das Instituições de Ensino Superior Públicas (2016-2018) e do Fórum dos Gestores Federais (2017-2018), do RN. Presidente do Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras (2014-2016). Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior/Andifes (2016-2017). Presidente da Comissão de Autonomia da Andifes (2013-2016). Representante das universidades federais na Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável/CNODS, responsável pela governança da Agenda 2030 no Brasil (2017-2018). Atualmente é Assessora Especial da Reitoria da Universidade Federal do Rio Grande do Norte/UFRN para implantação do Parque Científico e Tecnológico Augusto Severo – PAX RN e Membro do Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte/CEE-RN.

Fernando Sarti (Unicamp): Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário (PRDU) da Unicamp. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 1987, mestrado em Economia pela Unicamp (1994) com a dissertação “Evolução das estruturas de produção e de exportação da indústria brasileira nos anos 1980” e doutorado em Economia pela Unicamp (2001) com a tese “Internacionalização comercial e produtiva no Mercosul nos anos 1990”. Participante da terceira edição do Cambridge Advanced Programme on Rethinking Development Economics (Caporde) na Universidade de Cambridge-Inglaterra em 2004. Pós-Doutorado no Institut de Recherches Économiques et Sociales (IRES) na França. Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas nos cursos de Economia Internacional e Microeconomia. Pesquisador do Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT-IE-Unicamp) e da Rede Mercosul. Principais áreas de pesquisa: Economia Industrial e Internacional e Finanças Corporativas. Principais temas de pesquisa: concorrência,



competitividade, comércio exterior, investimento estrangeiro, acordos de integração, Mercosul, indústria automobilística, política industrial e tecnológica, Tecnologia da Informação, Economia do Turismo e Economia do Saneamento, Financeirização.

Dácio Matheus (UFABC): Reitor da Universidade Federal do ABC (2018-2022), reconduzido para o mandato 2022-2026. Vice-presidente da Andifes. Vice-reitor da UFABC (2014-2017). Professor Titular do Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da UFABC. Graduado em Engenharia Agrônômica pela ESALQ-USP (1985), Mestre e Doutor em Ciências Biológicas (Microbiologia Aplicada) pela Unesp-Rio Claro (1998 e 2003). Foi Diretor Geral do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais-DEPRN e Diretor da Divisão de Planejamento de Áreas Especiais (Áreas de Proteção Ambiental) da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Foi assessor para Meio Ambiente do Centro de Ensino e Pesquisa do Litoral Paulista – CEPTEL, da Unesp e Diretor de Operações de Unidades de Conservação da Fundação Florestal do Estado de São Paulo. Dirigiu o Jardim Botânico de São Paulo, tendo sido presidente da Rede Brasileira de Jardins Botânicos e Presidente da Comissão Nacional de Jardins Botânicos do MMA. Na UFABC coordenou o Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T), a Engenharia Ambiental e Urbana (EAU) e participou da criação e coordenou o Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia Ambiental (PGCTA), sendo professor colaborador na pós-graduação em Biodiversidade Vegetal e Meio Ambiente do Instituto de Botânica e colaborador na Pós-Graduação Interunidades em Biotecnologia da USP. Tem experiência na área de microbiologia e biotecnologia ambiental, atuando principalmente com saneamento ambiental, biorremediação de áreas contaminadas, biotecnologia e micologia ambiental, e projetos de pesquisa e extensão em agricultura urbana e cidades sustentáveis e conservação da natureza.

MEDIAÇÃO

Tatiana Lima Ferreira (UFABC): possui graduação em Ciências Biológicas-Modalidade Médica pela Universidade Federal de São Paulo (2000), mestrado em Psicobiologia pela Universidade Federal de São Paulo (2003) e doutorado em Psicobiologia pela Universidade Federal de São Paulo (2008). Fez pós-doutorado no Departamento de Fisiologia e Biofísica, ICB, USP (2008-2009) e no Departamento de Psiquiatria e The Jonh B Pierce Laboratory na Yale University (2013-2014). É Professora Associada da Universidade Federal do ABC. De fevereiro de 2018 a novembro de 2022 foi Pró-Reitora Adjunta de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas. Desde dezembro de 2021 está como diretora do Centro de Matemática, Computação e Cognição da UFABC, sendo a primeira mulher a ocupar o cargo de diretora desta universidade. Mãe da Alice, nascida em janeiro de 2015. Tem experiência na área de Neurociências, com ênfase em Psicobiologia e Psicofarmacologia, atuando principalmente nos seguintes temas: núcleos da base, amígdala, neuroanatomia, memória implícita e formação de hábitos e memória emocional.



Link YouTube: <https://www.youtube.com/watch?v=zxob3Nloogw>

I – Questões geradoras da mesa:

Na mesa, a regulamentação da autonomia universitária funciona como disparador para a discussão sobre o futuro PDI da UFABC.

- Como aproveitar o modelo de autonomia das estaduais paulistas – especialmente no âmbito da gestão orçamentária – no debate sobre o avanço da regulamentação da autonomia no sistema federal?
- No contexto da transição de governo, qual o estado do debate sobre o orçamento das universidades federais e sobre a eventual regulamentação do artigo 207 da Constituição Federal?

II – Síntese das contribuições dos participantes:

FERNANDO SARTI (UNICAMP)

1. Breve histórico da autonomia nas universidades paulistas

Evolução do financiamento ~ cota-parte do ICMS do estado de SP. Regulamentado em decreto, não na Constituição Estadual. Fluxo financeiro acontece duas vezes por mês, baseado em planejamento orçamentário inicial a partir da dotação proporcional aos 9,57% da cota-parte do ICMS estadual. Dificuldade de execução de recursos liberados no final do ano fiscal.

2. Êxito da autonomia: indicadores financeiros e desempenho acadêmico (1989-2017)

Benefícios da autonomia financeira e do orçamento vinculado: maior independência em relação ao executivo e ao legislativo; maior interação entre a autonomia financeira e a autonomia administrativa e didático-pedagógica; autonomia para o CRUESP nos planejamentos de médio e longo prazo; autonomia para contratação e gestão da carreira de servidores. A autonomia universitária nas estaduais paulistas tem impacto evidente na produtividade das universidades: número de alunos, vagas, publicações científicas etc. Há, porém, redução no número de docentes e funcionários. Esse impacto se reflete nos rankings internacionais, que colocam as estaduais paulistas nas melhores colocações dentre as universidades do país.



3. Riscos e dificuldades do orçamento vinculado ao ICMS para a autonomia universitária

Crises econômicas e/ou oscilação na arrecadação estadual, acirramento das relações com a comunidade (Lei Complementar n. 173/2020); riscos na aprovação da lei orçamentária anual (legislativo); insegurança jurídica (questionamento do MP sobre o reajuste de 3% nos salários); incertezas quanto à reforma tributária; conflito entre a necessidade de constituir reservas financeiras e a visão de que sobram recursos na universidade; relação folha de pagamento/recursos do tesouro 75%; crescente participação dos inativos na folha de pagamento.

4. Desafios e propostas para a consolidação da autonomia universitária

Fortalecer laços entre a universidade pública e a sociedade; pressão por mais recursos e novas fontes de financiamento; ODS; impacto da futura reforma tributária (modelo da Fapesp: 1% sobre a base tributária total); internalizar na forma de lei o financiamento das universidades na Constituição Estadual.

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ (UFRN)

Histórico de atuação da Andifes: proposta de Lei Orgânica de Autonomia Universitária (2013). Artigo 207 da Constituição Federal não tem autoaplicabilidade; jamais foi regulamentado. Com efeito, tem-se observado um fenômeno recente de universidades federais como órgãos de governo, e não de Estado.

Supressão da defesa judicial própria das IFES. Quando mingua o estado de direito e a autonomia universitária, os canais que a Andifes procura são outros. Autonomia acadêmica da Constituição Federal atinge todas as universidades; já a autonomia financeira não. A Andifes defende autonomia PLENA das universidades.

- 1) Personalidade jurídica de direito público autônoma;
- 2) Funcionamento estável;
- 3) Normas específicas para administração de recursos;
- 4) Autogestão patrimonial e financeira;
- 5) Diretrizes da autonomia definidas em norma;
- 6) Definição de um sistema de universidades federais (SisUPF);
- 7) Criação de um organismo suprainstitucional para gerir as regras do sistema, o conselho do SisUPF, incluindo MEC, MCTI, SBPC, CNE, Congresso Nacional e representantes das IFES.

DÁCIO MATHEUS (UFABC)



Universidades foram infernizadas nos últimos anos inclusive na autonomia didático-pedagógica, o que demonstra que o dispositivo constitucional (art. 207) é insuficiente e precisa ser regulamentado.

Por que comparar as federais com as estaduais paulistas? Porque há uma experiência evidentemente exitosa, como mostrado os dados publicados na revista *Pesquisa Fapesp* e apresentados pelo pró-reitor Sarti. A UFABC está no estado de São Paulo e as comparações com as estaduais, portanto, são inevitáveis.

A academia trabalha no sentido oposto ao do Estado positivista e cartorial. No México, por exemplo, a autonomia está carimbada inclusive no nome das universidades federais.

Após 2013, as agendas da Andifes foram praticamente capturadas pelo tema do orçamento. As notas públicas já não fazem efeito; sendo necessário mobilizar a mídia para ampliar o diálogo com a sociedade sobre a situação dos cortes nas universidades federais. Quem vai nos defender? Precisa ser a sociedade, que precisa entender o que as Universidades fazem. É preciso falar que a universidade pública é gratuita.

Universidade são vistas como gastadores de dinheiro, mas não se discutem os benefícios que a universidade traz à sociedade. A percepção da população em relação à universidade precisa ser modificada; aquilo que parece óbvio internamente não o é fora daqui. As universidades privadas investem pesado em propaganda; precisamos encontrar formas de nos comunicar de forma eficaz com a sociedade.

III – Questões levantadas no debate com público (presencial e Youtube)

Alcir (IFSP): Como está sendo a experiência da Unicamp com os fundos patrimoniais?

RESPOSTA: Ainda incipiente, pois eles estão iniciando.

Igor (UFABC): Quais são os limites do enfrentamento político para a demarcação da autonomia universitária?

Charles Morphy (UFABC): Estratégias para reduzir o hiato entre a universidade e a sociedade a serem aproveitadas no futuro PDI da UFABC.

RESPOSTA: Na Unicamp, por exemplo, inclusão e abertura da universidade para a sociedade.

Fernando Cássio (ADUFABC): Comenta sobre a urgência de regulamentar o artigo 207 da CF e solicita atualizações ao reitor Dácio Matheus sobre eventual recomposição orçamentária para 2023.



RESPOSTA: Andifes tenta liberar recursos retidos em 2022, além de negociação com a equipe de transição para incidir no orçamento de 2023.

IV – Como o debate da mesa pode contribuir para o novo PDI da UFABC?

O debate evocou o tema da autonomia universitária inscrever as universidades públicas num projeto de desenvolvimento nacional, saudado por todos os presentes a pretexto da vitória do campo progressista no pleito eleitoral presidencial de 2022.

Mais do que as disputas políticas e as filigranas de uma eventual regulamentação do artigo 207 da Constituição Federal, as falas ressaltaram a importância de as universidades públicas investirem em estratégias de comunicação para mostrar à sociedade a função social das universidades. A interação universidade-sociedade é, ao mesmo tempo, estratégica no novo PDI da UFABC e na construção de uma agenda política para a regulamentação da autonomia universitária no Brasil.

V - Identifique temas/palavras-chave da mesa que podem orientar a construção do novo PDI da UFABC

Autonomia universitária; Orçamento; Autonomia orçamentária; Financiamento do Ensino Superior Público; Universidades Estaduais Paulistas; Interação Universidade-Sociedade; Inclusão; Comunicação; Função Social da Universidade; Desenvolvimento Nacional; Reforma Tributária.